



Junta Freguesia Boa Ventura

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE 2023

(Mandato 2021-2025)

Aos seis dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, em cumprimento da deliberação da primeira reunião da Junta de Freguesia deste mandato em conjugação com o nº 1 e 2 do art.º 20.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, realizou-se no edifício da Junta de Freguesia de Boa Ventura, a sétima reunião deste Órgão Autárquico para o ano de 2023, sob a Presidência de Lino Joaquim dos Santos Camacho, estando presentes o Secretário Sandro Neves Vieira e a Tesoureira Olga Sofia Rodrigues. -----

-----APOIO AO ORGÃO-----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, esteve presente, para prestar apoio ao órgão, a assistente técnico da Junta de Freguesia, Lina de França Barbosa, que secretariou a reunião. -----

-----ABERTURA-----

E sendo dez horas, estando todos os membros presentes, como já se registou, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA e EXPEDIDA-----

Seguidamente, foi lida, apreciada e despachada toda a correspondência recebida e expedida, conforme consta em arquivo. -----

-----ATESTADOS/ DECLARAÇÕES-----

Conforme consta em arquivo e registado na ficha de registo de atestados, passados quatro atestados, para diversos fins e assinada uma prova de vida para fins de segurança social francesa. -----

-----DESPESAS-----

Para conhecimento e conforme consta no arquivo e registadas no SNC-AP, foram presentes documentos comprovativos dos pagamentos efetuados entre um e trinta de junho de dois mil e vinte e três, que totalizaram a importância global de 16 527.37€ (dezasseis mil quinhentos e vinte e sete euros e trinta e sete cêntimos). -----





Junta Freguesia Boa Ventura

-----RECEITAS-----

Para conhecimento e conforme consta no arquivo e registadas no SNC-AP, foram presentes documentos comprovativos da receita recebida entre um e trinta de junho de dois mil e vinte e três, que totalizaram a importância global de 7 827.30€ (sete mil oitocentos e vinte e sete euros e trinta centavos), sendo: 30.00€ (trinta euros) de receitas correntes e 1 772,19€ (mil setecentos e setenta e dois euros e dezanove centavos) do Fundo Financiamento de Freguesias, 5 250,00€ (cinco mil duzentos e cinquenta euros) do Município de São Vicente, referente à comparticipação financeira dos meses de junho e 775,11€ (setecentos e setenta e cinco euros e onze centavos) referente a I.M. I. do mês de maio.-----

-----ORDEM DO DIA/DELIBERAÇÕES -----

Ponto 1 - Análise, discussão e votação da proposta referente à atribuição do subsídio de insularidade aos trabalhadores em funções públicas, em efetividade de serviço na Junta de Freguesia de Boa Ventura, em 2023; -----

Entrados neste ponto, o Senhor Presidente da Junta apresentou a seguinte proposta: -----

O artigo 69.º do Decreto Legislativo Regional 26/2022/M, de 29 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2023, com a epígrafe «Subsídio de insularidade dos trabalhadores em funções públicas da Região Autónoma da Madeira a exercer funções na ilha da Madeira», determina o seguinte: -----

«Nos termos e ao abrigo do artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, em 2023 o subsídio de insularidade é fixado, com referência à remuneração que releva para a sua atribuição, nos seguintes termos: -----

- 1- a) 2 % para os trabalhadores com remuneração igual ou inferior a (euro) 800; -----
- b) 1,5 % para os trabalhadores com remuneração superior a (euro) 800 e igual ou inferior a (euro) 920; --
- c) 1 % para os trabalhadores com remuneração superior a (euro) 920 e igual ou inferior a (euro) 1400; ---
- d) (...) -----
- e) (...) -----
- f) (...) -----





Junta Freguesia Boa Ventura

2 - Para as situações referidas nas alíneas a) a c) do número anterior, é assegurado um valor mínimo de (euro) 140. -----

3 - O disposto no artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, é aplicável aos trabalhadores que se encontrem a exercer funções correspondentes às carreiras gerais e especiais da administração regional, em regime de cedência de interesse público. -----

4 - O subsídio é calculado, nos termos do referido artigo 59.º, em função do tempo prestado no ano anterior.» -----

Existem fundos disponíveis e com dotação económica 010214. -----

Nestes termos, e para os efeitos previstos na supra norma legal, proponho à Junta de Freguesia deliberar atribuir em 2023 o direito ao subsídio de insularidade aos trabalhadores em funções públicas em efetividade de serviço da Junta de Freguesia. -----

Após análise e discussão, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação ficou registada com o n.º 22/2023 -----

OUTROS ASSUNTOS

O Senhor Presidente informou que a funcionária Guilhermina Vicente Encarnação Santos, continua a apresentar Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho, por doença natural (desde o passado dia 04/09/2020). -----

PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO

Entrados neste período, e não se verificando público presente o Senhor Presidente da Junta deu por encerrado este período. -----

ENCERRAMENTO

Terminados os trabalhos, por volta das dezoito horas, para constar, foi elaborada a presente ata, nela contendo o resumo essencial do que de relevante ocorreu e foi deliberado nesta reunião, a qual, após ter sido lida em voz alta e achada conforme, foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Boa Ventura

-

(Lino Joaquim dos Santos Camacho)

O Secretário da Junta de Freguesia de Boa Ventura

-

(Sandro Neves Vieira)





Junta Freguesia Boa Ventura

A Tesoureira da Junta de Freguesia de Boa Ventura

-

(Olga Sofia Rodrigues)

O Assistente Técnico

-

(Lina de França Barbosa)

